



**CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA - CAP  
PORTO DE SANTOS  
ATA DA 450ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA**

Aos 24 dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, às quatorze horas e trinta minutos, por videoconferência, devido às medidas de distanciamento social para enfrentamento da COVID-19, realizou-se a quardringentésima quadragésima nona Reunião Plenária Ordinária do Conselho de Autoridade Portuária do Porto de Santos – CAP. Fica registrado que a presente reunião foi gravada integralmente, e ficará arquivada na sede da sociedade. Participaram os **Representantes do Poder Público**: Flavia Morais Lopes Takafashi, pela SNPTA; Fernando Henrique Passos Biral e Marcelo Ribeiro, pela SPA; Richard Fernando Amoedo Neubarth, pela Receita Federal; Rodrigo Balbuena, pela Anvisa; e, Júlio Eduardo dos Santos, pela PMS. **Os Representantes da Classe Empresarial**: José Edgard Laborde Gomes, pela ABTRA; Leonardo Ribeiro, pela ABTP; Regis Prunzel e Joel Contente, pelo SOPESP; Mauro Sammarco; pela ACS; e, Rodrigo da Silva Lima, pela AEB. **Os Representante dos Trabalhadores Portuários**: José Cavalcanti e Wagner Moreira Gonçalves, pela FENCCOVIB. Participaram também, como convidados permanentes, Martin Aron, Eduardo Lopes, e Sidney Verde, representante da Classe dos Trabalhadores do CAP no CONSAD da SPA. Participaram ainda, como convidados: Bruno Stupello, Diretor da SPA; Marcos Camargo, pela Autoridade Marítima; Gustavo Rondini e Jairo Almeida, pela PMG; André Okubo, pelo MAPA; e Daniel Aldigueri, pelo Minfra. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos, tendo como Secretário-Executivo, Jorge Leite dos Santos e apoio do Técnico Portuário Reginaldo Brito de Lima. Iniciando a reunião, a Presidente passou ao item **I – ABERTURA**. Foi submetida aos Conselheiros a ata da 449ª Reunião ordinária, que lida e achada conforme, foi aprovada pelos Conselheiros, sendo que as assinaturas serão colhidas, posteriormente. Dando sequência à pauta do dia, a Presidente passou ao item **II – ORDEM DO DIA**. **II.01** – Atualização sobre o processo de desestatização do Porto de Santos. O *Coordenador do Departamento de Gestão e Modernização Portuária, Daniel Aldigueri, informou que neste momento os trabalhos continuam dentro do cronograma já apresentado a este Colegiado, sendo está a primeira etapa que trata de realizar uma*



caracterização do porto de Santos e de sua Autoridade Portuária, além de uma prospecção da demanda e dos investimentos futuros, considerando os diversos nichos de carga que existem. Informou ainda, que já houve o recebimento de alguns produtos preliminares, tratando-se de uma primeira versão que é analisada pelas equipes técnicas do Minfra, Ministério da Economia e BNDS para que sejam feitas correções, complementações e ajustes. Foi apresentada a primeira versão de um estudo de mercado, levantamentos jurídicos, patrimonial, contábil em relação à companhia, que foram encaminhados para revisões e ajustes. Em relação ao Relatório Técnico Operacional, já foi bastante discutido, mas ainda não foi finalizado um documento preliminar, que precisa lidar com a questão dos investimentos do lado terra, acessos e vias internas, o projeto da FIPS e seu arranjo dentro do projeto da desestatização, a questão da ligação seca entre as margens e que não restrinja o desenvolvimento do Porto, a questão do overflow nos trabalhos de dragagem. Na segunda etapa haverá uma consolidação das entradas e saídas financeiras previstas para o projeto, e, a terceira etapa envolve as regras de quem pode participar da desestatização. Para agosto deste ano há previsão de que haverá uma proposta preliminar, e, assim, poderá ser iniciada a consulta pública para que toda a sociedade possa contribuir. Posteriormente a consulta pública, o cronograma prevê a discussão no âmbito do TCU prevista para iniciar em janeiro de 2022, e então a publicação do edital que está sendo programada para junho de 2022 tendo na sequência o leilão. A Presidente Flávia agradeceu pelas informações prestadas e perguntou como está sendo a visão em relação aos arrendamentos portuários. O Coordenador informou que este é um dos assuntos que será definido na terceira etapa, onde será discutido como ficarão os contratos atuais de arrendamento, e nesta altura a opinião vigente é que os contratos existentes deverão ser respeitados, com seus direitos garantidos. O Conselheiro Régis questionou que em linha com o que foi aprovado no último PDZ haverá um crescimento significativo nos próximos vinte anos, onde haverá a chegada de navios de maior porte necessitando de mais calado no canal de Santos, e há uma impressão dos operadores portuários locais que este é um assunto que deveria estar melhor encaminhado dentro do processo de desestatização, isto posto, gostaria de participar a todos que este é um tema que necessita de mais debate haja visto a já iminente realização do leilão no ano que vem. O Conselheiro Júlio Eduardo perguntou se os responsáveis pelos trabalhos realizados estão considerando e mantendo contato



com os poderes públicos municipais enquanto discutem a desestatização. O Coordenador Daniel informou que as equipes técnicas continuam mantendo contato com autoridades públicas locais conforme a necessidade e lembra que o melhor momento para que dúvidas e sugestões sejam trazidas será durante a audiência pública prevista para agosto deste ano, e se coloca à disposição, para caso haja necessidade, as autoridades municipais entrem em contato, apresentando informações que poderão ser de interesse durante os estudos e que ainda não foram consideradas. O Conselheiro Leonardo questionou se todo o arcabouço regulatório que os TUPs atendem estará sendo revisado pela Antaq em vista a nova situação que surge em relação à desestatização. O Coordenador respondeu que a regulação da Antaq é em relação às questões operacionais, como movimentação, já as questões contratuais serão conversadas diretamente com o novo concessionário do Porto, sendo fiscalizado pela Antaq, sabendo que este contrato entre privados se deve respeitar os direitos já garantidos pelos contratos dos arrendatários. O Sr Eduardo Lopes finalizou comentando que após o Webinar que houve na semana passada revelou-se uma expectativa de diversos órgãos intervenientes no Porto, como o Ibama, Polícia Federal, Vigiagro, que com o processo de desestatização poderá haver novas oportunidades de integração, e que o futuro concessionário do porto poderá realizar investimentos dirigidos a respectivas categorias que carecem de equipamentos e tem outras necessidades, assim sugere que durante estes estudos este intervenientes também sejam ouvidos pois são setores que contribuem para o bom andamento das operações portuárias. **II.02** - Carta SPA-DINEG-ED/041.2021, de 20-04-2021, referente a Celebração de Servidão de passagem com a Autoridade Portuária, com as empresas Vopak Brasil S/A e Stolthaven Santos Ltda, em atendimento ao artigo 39, Inciso VI, da Resolução Normativa nº 07.2016 da ANTAQ. O Conselho registra que tomou conhecimento. **II.03** - Informações dos componentes do CONSAD indicados pelo CAP. A Presidente do CAP, passou a palavra ao Sr. Sidney Verde que fez um breve relato dos principais assuntos apreciados nas últimas reuniões ocorridas do CONSAD, destacando os seguintes temas: 1) *Informou que o Conselho de Administração, por unanimidade, nomeou o Senhor FABIO LAVOR TEIXEIRA, Presidente do Conselho de Administração, bem como o Senhor FABIO ROGÉRIO TEIXEIRA DIAS DE ALMEIDA CARVALHO, Presidente-Substituto do Colegiado, que substituirá o Presidente em suas ausências e impedimentos eventuais;* 2) Foi aprovada a proposta de revisão dos limites anuais do



Orçamento de Investimentos 2021, bem como a autorização para devolução ao Tesouro Nacional dos recursos financeiros à conta de Saldo de Exercícios Anteriores (SEA-TES), em atendimento à recomendação do Ministério da Infraestrutura. Foi autorizada ainda, a comunicação à União acerca da intenção da SPA em não utilizar recursos do Tesouro Nacional para as ações de investimentos existentes e futuras que constam no Plano Plurianual de Investimentos (PPA); 3) Foi aprovada a Política de Integridade da Autoridade Portuária de Santos S.A.; 4) Foi aprovada a Política de Gestão de Serviços TIC da Autoridade Portuária de Santos S.A.; 5) Foi aprovada a Política de Segurança e Privacidade da Informação da Autoridade Portuária de Santos S.A.; 6) Foi aprovada a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa 2021, ano base 2020; 7) Com relação ao andamento da Mediação com a Libra, foi informado pela diretoria que que foram revisitados alguns pontos já discutidos anteriormente quanto as propostas apresentadas pela Libra, sendo destacado que até o momento não atenderam às expectativas da SPA, consideradas insuficientes, sendo que o Consad aguarda atualização do tema para próxima reunião. **II.04** – Carta SPA DIPRE-ED/055.2021, de 20/05/2021, do Diretor Presidente da Autoridade Portuária de Santos S.A., Sr. Fernando Henrique Passos Biral, que comunica que o Sr. Sidney Antonio Verde se sagrou vencedor na eleição direta para a escolha de representante dos empregados da Autoridade Portuária de Santos S.A., no CONSAD, em atendimento aos artigos 5º e 53 do Regulamento Eleitoral da Autoridade Portuária de Santos, bem como artigo 47 – inciso III do Estatuto da Companhia. *O Conselho de Autoridade Portuária registra que tomou conhecimento da referida Carta e indica o Sr. Sidney Antonio Verde como representante dos trabalhadores portuários no Conselho de Administração da Autoridade Portuária de Santos, tendo em vista o encerramento do processo eleitoral. Para o assunto foi emitida a Resolução CAP nº 003.2021.* Dando sequência à pauta do dia, a Presidente passou ao item **III – OUTROS ASSUNTOS**. *A Presidente Flávia comunicou que a vacinação dos portuários se tornou assunto prioritário, após o caso de uma nova variante de covid ter sido detectada no porto do Maranhão, isto posto, informou que ontem houve uma comunicação do Minfra com o Ministério da Saúde visando antecipar a vacinação do trabalhadores portuários nacionalmente, assim, ao longo desta semana deverá ocorrer orientação oficial às municipalidades portuárias, recebendo esta informação de priorização de vacinação dos portuários, para que já haja organização e planejamento*



com os órgãos envolvidos. O novo Secretário de Desenvolvimento Econômico e Portuário do Guarujá, Gustavo Rondini, informou que esta manhã já houve reunião conjunta entre Autoridade Portuária, Prefeitura de Santos e Guarujá, Polícia Federal, Anvisa e Capitania dos Portos a respeito da situação da nova variante indiana, onde foi acordado revisar e manter os protocolos que a Anvisa já realiza à frente das embarcações que adentram o Porto de Santos, e também a questão da priorização da vacinação dos trabalhadores portuários, onde informou que acredita que ainda durante esta semana haverá um encaminhamento do Ministério da Saúde para a Secretaria Estadual de São Paulo que providenciará este lote específico de vacinas para os trabalhadores portuários. O Conselheiro Julio Eduardo complementou informando que o número levantado e repassado ao Ministério da Saúde é de 11 mil trabalhadores no Porto de Santos, sendo 9 mil dos terminais portuários e 2 mil avulsos. O Sr. Jairo Almeida questionou se os trabalhadores dos terminais retroportuários serão contemplados. O Conselheiro Regis informou que o SOPESP está listando os trabalhadores de acordo com o entendimento que houve entre o Minfra e as associações nacionais. A Presidente Flávia respondeu que a princípio a listagem engloba os trabalhadores que prestam seu serviço dentro da poligonal do Porto organizado, não englobando os retroportuários. O Conselheiro Mauro Sammarco parabenizou aos envolvidos na reivindicação pela antecipação da vacinação dos portuários, e sugeriu que seja realizado um pedido das associações endereçados ao CAP, para que seja realizada uma consulta ao Ministério da Saúde, a fim de que seja considerada a inclusão, nesta priorização, dos demais trabalhadores de setores que também prestam serviços à bordo, como os agentes de navegação, as empresas de vistoria e suprimento de navios, que de certa forma estão sob o mesmo risco dos demais trabalhadores portuários já contemplados. O Colegiado acolheu a sugestão do Conselheiro Mauro Sammarco e solicitou que a Secretaria tome as providências. Fica registrado que para o assunto foi emitida a Carta CAP nº 008.2021. Não havendo outras manifestações, a Presidente passou ao item **V – ENCERRAMENTO**. O Colegiado fixou a data da próxima reunião ordinária para o dia 28/06/2021, às 14h30min, em Santos. Nada mais a ser tratado, a Presidente do Colegiado agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, determinando a lavratura da presente ata. Fica registrado que devido às medidas de distanciamento social para enfrentamento da COVID-19, a Presidente e o Secretário Executivo do Colegiado assinarão a respectiva ata e consolidarão, em



documento único, a lista de presença. **Mesa:** Flavia Morais Lopes Takafashi – Presidente; Jorge Leite dos Santos – Secretário. **Conselheiros Presentes (por videoconferência):** Fernando Henrique Passos Biral, Marcelo Ribeiro, Richard Fernando Amoedo Neubarth, Júlio Eduardo dos Santos, José Edgard Laborde Gomes, Leonardo Ribeiro, Regis Prunzel, Joel Contente, Mauro Sammarco, Rodrigo da Silva Lima, José Cavalcanti e Wagner Moreira Gonçalves.

Flavia Morais Lopes Takafashi  
**PRESIDENTE**

Jorge Leite dos Santos  
**SECRETARIO-EXECUTIVO CAP/SANTOS**